



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**  
**PROJETO DE LEI Nº 5.810, DE 2019**

Altera o art. 70-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente, para que as redes de ensino público e privada divulguem cartilha de orientação às crianças e aos adolescentes para prevenção contra a pedofilia na *internet*.

**Autora:** Deputada EDNA HENRIQUE

**Relatora:** Deputada CHRIS TONETTO

**I – RELATÓRIO**

A peça legislativa, em apreciação, de autoria da Deputada Edna Henrique, visa alterar o art. 70-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para que as redes de ensino público e privada divulguem cartilha de orientação às crianças e aos adolescentes para prevenção contra a pedofilia na *internet*.

Nesse sentido, a peça legislativa propõe acréscimo de dispositivo ao art. 70-A da referida lei, o qual versa sobre a responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração de políticas públicas e execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, incluindo ao rol de ações previstas na redação original a divulgação, nas redes de ensino público e privada, de cartilhas com orientações para prevenção contra a pedofilia na *internet*.

Em sua justificação ao Projeto, a autora lembra que a Constituição, em seu art. 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em artigos como o 240, 241, 241-A e 241-C, buscam proteger as crianças e adolescentes de exploração e violência, incluindo a exploração sexual, a pornografia, o comércio de materiais ligados à pedofilia, a posse desses materiais, o simulacro de pedofilia e o aliciamento de crianças.

Particularmente preocupante é, a esse propósito, a facilitação dessas condutas reprováveis ou criminosas pelo uso da *internet*. Disse sobre isso a Deputada Edna Henrique:





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PL/RJ

“Lamentavelmente, a exploração sexual de crianças e adolescentes, bem como a comercialização de fotos e filmes envolvendo menores é um mercado que envolve milhões na WEB. A internet é uma tecnologia global sem fronteiras, sendo difícil para o Estado garantir a execução de leis ou impor restrições no ciberespaço. Nesse contexto, a implementação de políticas de prevenção é essencial. Assim, este projeto de lei pretende estabelecer, como uma das ações prioritárias do Estado, a divulgação, nas redes de ensino público e privada, de cartilhas com orientações para prevenção contra a pedofilia na internet. É certo que o fornecimento de informação adequada às crianças e aos adolescentes no ambiente escolar pode diminuir as chances de sucesso dos pedófilos em suas investidas por meio da internet”.

O Projeto de Lei nº 5.810, de 2019 foi distribuído à Comissão de Seguridade Social e Família (substituída pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família), à Comissão de Educação, à Comissão de Finanças e Tributação e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, à qual incumbe examinar a matéria sob os aspectos previstos no art. 54, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A proposição sujeita-se à apreciação conclusiva da Comissões, consoante o que dispõe o art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Casa, e tem, nos termos do art. 151, inciso III, do mesmo diploma legal, tramitação ordinária.

A então Comissão de Seguridade Social e Família aprovou o Projeto de Lei nº 5.810, de 2019, na forma de Substitutivo próprio, o qual introduz no art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, inciso VI, dispondo sobre o direito de crianças e adolescentes receberem orientação sobre navegação segura em redes sociais.

A Comissão de Educação, por sua vez, aprovou o Projeto na forma de Substitutivo próprio, o qual acresce parágrafo único ao art. 53-A, que é o seguinte:

“Art. 53-A .....

Parágrafo único. Além do dever previsto no Caput, as instituições de ensino públicas e privadas devem orientar e conscientizar sobre a navegação segura em redes sociais.”

Por seu turno, a Comissão de Finanças e Tributação concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou de despesas públicas, hipótese em que não





cabe pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.810, de 2019, do Substitutivo adotado pela Comissão de Seguridade Social e Família, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação.

Na presente Comissão, ao longo do respectivo prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Eis o relatório.

## **II - VOTO DA RELATORA**

Constitui competência desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No que tange à competência para legislar sobre a defesa da infância e da juventude, esta é dividida concorrentemente com a União e os Estados e o Distrito Federal, na forma do art. 24, inciso XV, da Constituição da República. Assim sendo, considerando que a matéria do Projeto e dos dois Substitutivos aqui já referidos diz respeito a esse tema, consideramos que as proposições aqui analisadas são materialmente constitucionais.

Quanto à constitucionalidade formal, constata-se igualmente não haver óbice à iniciativa de parlamentar na matéria, salvo no que diz respeito ao Substitutivo da Comissão de Educação, que confere ao Poder Executivo atribuição.

No que toca à juridicidade, observa-se que a matéria do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, em nenhum momento, afronta os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio, razão pela qual é considerada jurídica.

O Substitutivo da Comissão de Educação, quando trata do programa de incentivo à leitura (e apenas aí), traz matéria estranha ao domínio do Projeto de Lei nº 5.810, de 2019, sendo, por essa razão, antirregimental e injurídico, no que concerne a esses aspectos.

No que tange à técnica e à redação legislativa, conclui-se que se observaram na feitura das proposições as imposições da Lei Complementar nº 95, de 1998. Há, todavia, reparos que devem ser feitos no Projeto e no Substitutivo da Comissão de Educação.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PL/RJ

Apresentação: 07/06/2024 11:20:45.210 - CCJC  
PRL 1 CCJC => PL 5810/2019

PRL n.1

O Projeto está alojado no art. 70-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Todavia, o art. 70-A é voltado à coibição de castigos físicos, como aliás se observou no voto da relatora da Comissão de Seguridade Social e Família, a Deputada Paula Belmonte. A solução apontada por essa Parlamentar, alojando a matéria no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, seção em que se trata dos direitos da criança e do adolescente, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, parece a esta relatoria muito pertinente.

Esta relatoria fará Substitutivo de técnica legislativa, alojando o Projeto no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa alteração não importa mérito, apenas, nela, o que era dever das instituições de ensino para com as crianças e adolescentes, passa a direito das crianças e adolescentes, que deve ser recebido das redes de ensino privada e pública. Invertem-se os polos, mas não o sentido dos dispositivos.

Quanto ao Substitutivo da Comissão de Educação, esta relatora considera que a matéria foi introduzida em dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente referente à política contra drogas, o que não parece a melhor solução, até porque diploma tão importante, como é a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, deve conservar sua arquitetura consistente. A esse propósito, é de observar que o Substitutivo da Comissão de Seguridade e Família já traz em si a correção desse problema do Substitutivo da Comissão de Educação, sem qualquer alteração de mérito, uma vez seja o último escoimado da injuridicidade e da antirregimentalidade.

Tendo em vista o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa (na forma de Substitutivo anexo) do Projeto de Lei nº 5.810, de 2019, e do Substitutivo da Comissão de Educação, este na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em 7 de junho de 2024.

Deputada **CHRIS TONETTO**  
Relatora



\* C D 2 4 8 2 1 1 6 9 4 1 0 0 \*



Câmara dos Deputados | Anexo IV – 4º andar – Gabinete 446 | 70100-970 Brasília DF  
Tel (61) 3215-5446 | [dep.christonietto@camara.leg.br](mailto:dep.christonietto@camara.leg.br)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PL/RJ

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**  
**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.810, DE 2019**

Altera o art. 70-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente, para que as crianças e adolescentes, nas redes de ensino público e privada, tenham o direito de receber cartilha de orientação para prevenir a pedofilia na rede de computadores.

O Congresso Nacional decreta:

"Art. 1º Esta Lei altera o art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre o direito de as crianças e adolescentes receberem, nas redes de ensino público e privado, cartilha de orientação para prevenir a pedofilia na rede de computadores.

Art. 2º O art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigor acrescido do seguinte inciso:

“Art. 53.....  
.....

VI – direito de receber, nas redes de ensino público e privado, cartilha de orientação para prevenir a pedofilia na rede de computadores.  
.....(NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 7 de junho de 2024.

Deputada **CHRIS TONETTO**  
Relatora

